



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ANDERSON MORATORIO

INDICAÇÃO Nº 163/2026

INDICA AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS ESTRUTURANTES PARA FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E PREVENÇÃO DE CONTRATAÇÕES EMERGENCIAIS NO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS.

Autor: **Anderson Moratorio – PRD.**

INDICO que, após o cumprimento do rito regimental e ouvido o soberano Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Gabinete do Excelentíssimo Senhor Prefeito **Aurélio Ramos**, que determine às secretarias competentes a adoção de medidas administrativas e institucionais com o objetivo de fortalecer o planejamento das contratações públicas, ampliar a transparência e reduzir drasticamente a recorrência de contratações emergenciais no âmbito da Administração Pública Municipal.

- **Institucionalização do Plano de Contratações Anual (PCA):** *Elaboração obrigatória e consolidada por todas as secretarias, com vinculação direta à execução orçamentária.*
- **Monitoramento em Tempo Real:** *Criação de um painel público (dashboard) com indicadores de desempenho e alertas para riscos de descontinuidade de serviços.*
- **Combate às Emergências Evitáveis:** *Plano específico para identificar objetos com alta incidência de dispensa de licitação e imposição de planejamento antecipado obrigatório para esses itens.*
- **Fortalecimento do Controle Interno:** *Atuação preventiva da Controladoria Geral do Município com relatórios periódicos sobre falhas recorrentes no planejamento.*
- **Capitatação e Padronização:** *Treinamento contínuo em Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e padronização de Termos de Referência para agilizar processos regulares.*

JUSTIFICATIVA



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ANDERSON MORATORIO

A presente Indicação nasce da necessidade urgente de modernizar a gestão pública em Parauapebas, atacando um dos problemas que mais gera desperdício de recursos e insegurança jurídica: a **falta de planejamento nas compras públicas**. O uso excessivo de contratações emergenciais para suprir demandas previsíveis é um sintoma claro de desorganização administrativa que precisa ser estancado.

A efetiva implementação do **Plano de Contratações Anual (PCA)** não é apenas uma formalidade burocrática, mas uma ferramenta de proteção ao erário. Quando o Município planeja suas compras com antecedência, ele amplia a concorrência, consegue preços melhores e evita o "balcão de emergências", que muitas vezes encarece os serviços e fragiliza a transparência.

Nesse contexto, a criação de mecanismos de monitoramento e o fortalecimento do controle interno permitirão que a gestão antecipe gargalos, evitando que serviços essenciais sejam interrompidos por falhas em editais ou prazos perdidos. Governar com evidências e transparência é o único caminho para assegurar que cada centavo do imposto pago pelo cidadão retorne em serviços de qualidade.

Esta proposta busca estabelecer uma política permanente de eficiência. Não podemos aceitar que o caráter "excepcional" da emergência se torne a regra em Parauapebas. O planejamento rigoroso é a maior garantia de que a Administração Pública atuará com moralidade, economia e respeito à lei.

Diante do exposto, como legítima **Voz do Povo** nesta Casa de Leis, **CONCLAMO** o Poder Executivo Municipal para que avalie com a devida atenção a presente proposta, adotando as medidas necessárias para fortalecer o planejamento territorial e a transparência das contratações no Município de Parauapebas.

Câmara Municipal de Parauapebas, 20 de março de 2026.

Anderson M. Moratorio
Vereador – PRD